

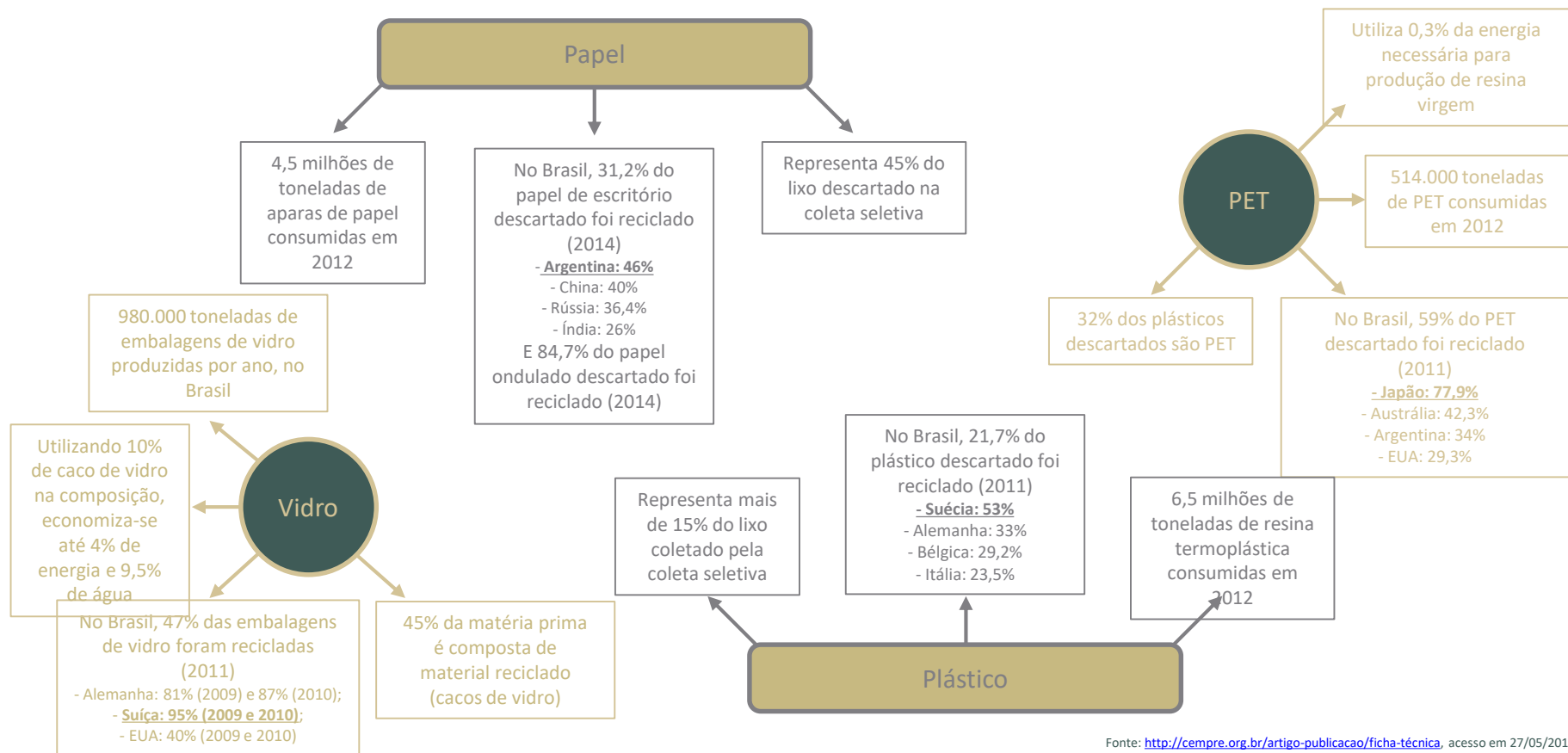
# A Revisão da Política Fiscal e Tributária dos Materiais Recicláveis



06/06/2019

Rodrigo Prado Gonçalves  
[rodrigoprado@felsberg.com.br](mailto:rodrigoprado@felsberg.com.br)

# A Reciclagem no Brasil



# A Tributação sobre o Consumo no Brasil

## PIS /COFINS

- **Contribuição Federal;**
- Incide sobre o faturamento ou receita;
- Regime cumulativo;
- Regime não-cumulativo.

## IPI

- **Imposto Federal;**
- Incide sobre produtos industrializados;
- Industrialização: *“qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo”*. Ex: transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento / reacondicionamento, renovação / recondicionamento;
- Alíquota varia de produto a produto;
- Princípio da seletividade - obrigatoriedade.

## ICMS

- **Imposto de competência dos estados e do Distrito Federal;**
- Incide sobre as operações de circulação de mercadorias;
- Incide, também, sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal;
- Incide sobre a prestação de serviços de comunicação;
- Alíquota varia de produto a produto;
- Princípio da seletividade – faculdade do legislador.

## PIS E COFINS

- Tributos de competência da União Federal;
- Incidem sobre o faturamento ou a receita bruta auferidos no mês pela pessoa jurídica;
- Alíquota de **3,65%** (PIS – 0,65%; COFINS – 3%) para as empresas enquadradas no lucro presumido – **regime cumulativo**;
- Alíquota de **9,25%** (PIS – 1,65%; COFINS 7,60%) para as enquadradas no lucro real - **regime não-cumulativo**.

# PIS E COFINS

## Peculiaridades da Contribuição ao PIS e da COFINS em relação à reciclagem:

(i) Suspensão da cobrança desses 2 tributos na venda de produtos recicláveis para empresas tributadas pelo Lucro Real **E** desde que sejam comercializados os seguintes produtos

### Posição da TIPI:

#### NCM DESCRIÇÃO

<b>39.15</b>	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E APARAS, DE PLÁSTICOS.
<b>47.07</b>	PAPEL OU CARTÃO PARA RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS).
<b>70.01</b>	CACOS, FRAGMENTOS E OUTROS DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS DE VIDRO; VIDRO EM BLOCOS OU MASSAS. EX 01 - CACOS, FRAGMENTOS E OUTROS DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, EXCETO OS DE VIDRO ÓPTICO.
<b>72.04</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO; DESPERDÍCIOS DE FERRO OU AÇO, EM LINGOTES.
<b>74.04</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE COBRE.

<b>75.03</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE NÍQUEL.
<b>76.02</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE ALUMÍNIO.
<b>78.02</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE CHUMBO.
<b>79.02</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE ZINCO.
<b>80.02</b>	DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS, DE ESTANHO.
<b>81</b>	OUTROS METAIS COMUNS; CERAMAS (CERMETS);



## PIS E COFINS

- (i.1) Nas vendas com suspensão o vendedor deve informar no campo “*dados adicionais*” da Nota Fiscal a seguinte observação: “*venda com suspensão das contribuições para o PIS/COFINS nos termos do art. 48 da Lei n. 11.196/2005*”;
- (i.2) A suspensão da Contribuição ao PIS e da COFINS não se aplica às vendas efetuadas por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional;
- (i.3) RFB entende que o benefício da suspensão dessas contribuições pode ser usufruído pela pessoa jurídica independentemente da atividade exercida e de como os desperdícios, resíduos e aparas são gerados. A única exigência é que eles estejam classificados nos códigos NCM mencionados no slide anterior e que sejam vendidos à empresas tributadas pelo Lucro Real (SC COSIT 99.059/2017).

# PIS E COFINS

## Empresas Lucro Real



### Legenda

D: Débito      S: Saldo a pagar      C: Crédito

D: R\$ 1.388

C: -

S: R\$ 1.388

## Empresas Lucro Presumido



D: R\$ 256

C: -

S: R\$ 256

D: R\$ 329

C: -

S: R\$ 329

D: R\$ 438

C: -

S: R\$ 438

D: R\$ 548

C: -

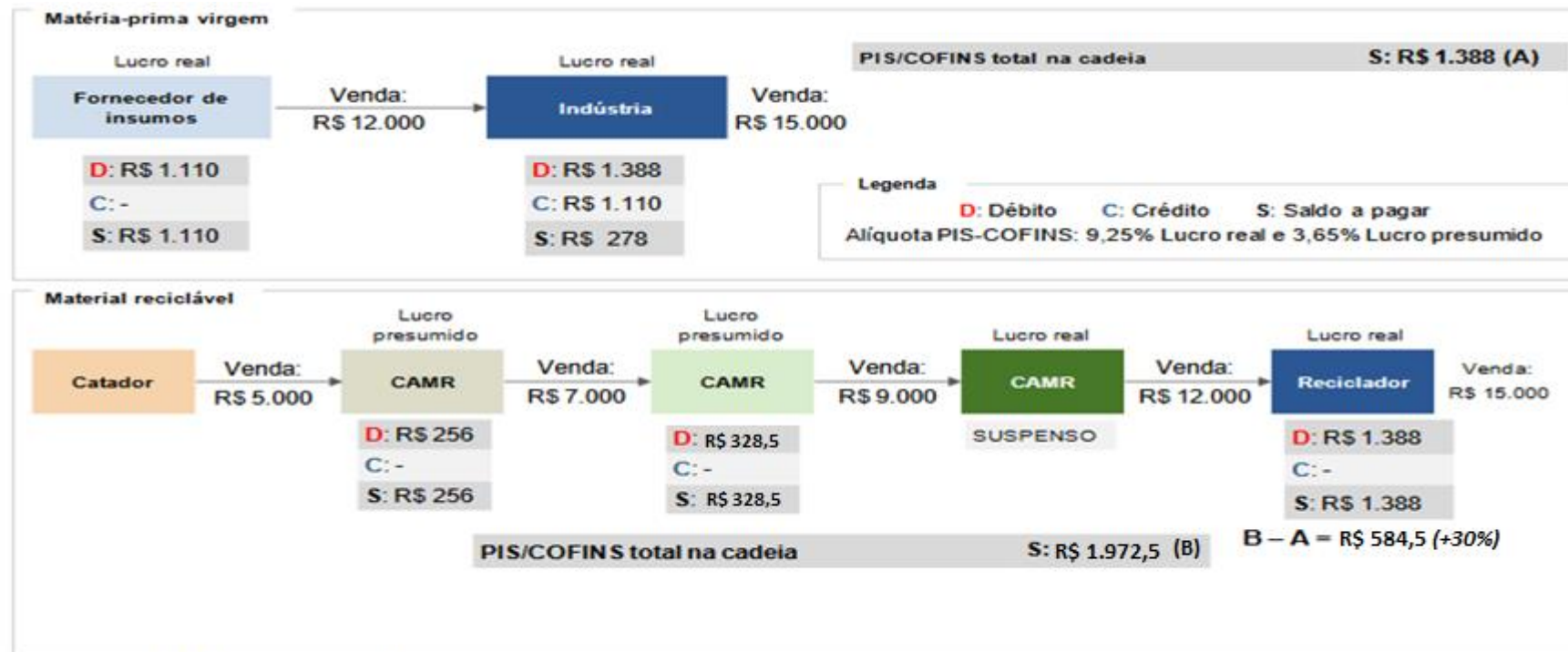
S: R\$ 548

**Total imposto recolhido na cadeia de logística reversa**

**S: R\$ 1.571**

Fonte: LCA Consultores

# PIS E COFINS



Fonte: LCA Consultores



## PIS E COFINS

- Em fevereiro de 2018, o STJ julgou o RESP 1.221.170/PR, elevado à condição de recurso repetitivo;
- Definição do conceito de insumos para fins de creditamento da Contribuição ao PIS e da COFINS;
- Basicamente, insumos são todos os bens e serviços ESSENCIAIS e RELEVANTES para a atividade da empresa, independentemente da fase de produção em que aplicados;
- Recentemente, o CARF reconheceu que gastos com cumprimento de obrigações ambientais geram direito a crédito de PIS e de COFINS, na medida em que são considerados insumos (essenciais e relevantes) – PAF 13963.000564/2005-29.

## IPI

- Imposto de competência da União Federal;
- Na importação, incide no desembaraço aduaneiro da mercadoria importada;
- Nas operações internas, na saída do produto industrializado do estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial;
- Alíquota varia de produto a produto: quanto mais essencial for a mercadoria, menor será a alíquota;
- **Modalidades de industrialização** (art. 4 do RIPI – Decreto n. 7.212/10):
  - I. **transformação:** a que ocorre com uma matéria-prima que dá origem a um produto;
  - II. **beneficiamento:** modifica, aperfeiçoa ou altera o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto;
  - III. **montagem:** reunião de produtos, peças ou partes, resultando em novo produto ou unidade autônoma, mesmo que sob a mesma classificação fiscal;
  - IV.  **acondicionamento** ou **recondicionamento:** altera a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem se destinar ao transporte da mercadoria; e
  - V. **renovação ou recondicionamento:** renova ou restaura produto usado ou parte remanescente do produto deteriorado ou inutilizado.

## IPI

**Transformação:** RFB entende que, quando há mudança da classificação fiscal do produto, dá-se a transformação, de modo que incide o IPI sobre o valor de venda do “novo” produto.

**Beneficiamento:**

- Agregar valor ao produto, tornando-o mais valioso;
- Pressupõe a existência de um produto que, por conta da alteração na forma, funcionamento, utilização, acabamento ou aparência, torna-se mais valioso;
- SC COSIT 69/2018:

*“SUCATA DE VIDRO. MOAGEM. INDUSTRIALIZAÇÃO. BENEFICIAMENTO. TRANSFORMAÇÃO. A atividade realizada a partir de “cacos de vidro em estado bruto (sucata)”, mediante processo que compreende transporte da matéria-prima, moagem, retirada de umidade e separação, destinada à produção de “cacos de vidros fragmentados”, de granulometria mais reduzida, de modo a atender às necessidades dos adquirentes, constitui operação de industrialização na modalidade beneficiamento, podendo também caracterizar industrialização por transformação, caso a classificação fiscal do produto resultante seja diferente daquela da matéria-prima.”*

## IPI

*“A reciclagem de caixas de papel e papelão já utilizadas, dando origem a caixas de papel e papelão ondulado, é um processo de industrialização e está sujeita à incidência do IPI. A mencionada reciclagem de papéis e papelão não se enquadra na modalidade de industrialização denominada renovação ou recondicionamento.*

*A base de cálculo de IPI prevista no art. 194 do RIIPI/2010 (diferença de preço entre a aquisição e a revenda de produtos usados) só se aplica a produtos resultantes de processo de renovação ou recondicionamento.”*

**(SC COSIT 99.002/2019)**

## IPI

- A RFB entende que a reciclagem de materiais usados não se enquadra na modalidade de industrialização denominada renovação ou acondicionamento.

- Deste modo, não seria aplicada a regra do art. 194 do RIPI (*“Art. 194. O imposto incidente sobre produtos usados, adquiridos de particulares ou não, que sofrerem o processo de industrialização, de que trata o inciso V do art. 4º (renovação e acondicionamento), será calculado sobre a diferença do preço entre a aquisição e a revenda”*).

**“TRIBUTÁRIO. IPI. INCIDÊNCIA SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O DE REVENDA DOS PRODUTOS QUE SÃO OBJETO DE RECICLAGEM E RENOVAÇÃO. CREDITAMENTO INSUMOS ADQUIRIDOS DE COMERCIANTES NÃO CONTRIBUINTES DO IPI. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA.**

- A matéria ora questionada disciplinada pelo Decreto 7.712/2010.

- *As operações fabris executadas pela impetrante importam em transformação da matéria prima adquirida (aparas e restos de papel ondulado, usados e sucateados) em chapas e embalagens, de papelão ondulado, cartolina e papel-cartão, produtos à evidência, diversos daqueles empregados no processo produtivo. Tal processo, portanto, não se enquadra nas modalidades de renovação ou acondicionamento (inciso V - art. 4º - RIPI), eis que sua atividade importa na criação de outra espécie de produto.*

- *No caso concreto, inaplicáveis aos produtos produzidos pela impetrante a regra de tributação estabelecida no art. 194 do RIPI/2010.*

- *Apelação desprovida.”*

(TRF 3ª Região, QUARTA TURMA, Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 351551 - 0001039-59.2013.4.03.6110, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE, julgado em 03/05/2018, e-DJF3 Judicial 1 DATA:24/05/2018)

*“TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. IPI. INDUSTRIALIZAÇÃO MODALIDADE RENOVAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO. APARAS DE PAPEL E PAPELÃO. DIREITO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. STF. RE Nº 398.365/RS. REPERCUSSÃO GERAL. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO DA UNIÃO DESPROVIDAS. CRÉDITOS ESCRITURAIS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO Nº 20.910/1932. APELAÇÃO DA AUTORA CONHECIDA EM PARTE E PROVIDA PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DE MULTA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.*

*1. Cerne da questão que reside em aferir qual a espécie de industrialização a autora realiza com as aparas e o papelão no fabrico de papel: transformação ou recondicionamento, a autorizar, neste caso, a aplicação da norma do artigo 7º do Decreto-Lei nº 400, de 30/12/1968.*

*8. Necessário considerar que a referência a papel e papelão usados deve remeter, necessariamente, à fibra de celulose da qual a sucata de papel é composta. Não se trata de renovação ou recondicionamento da mesma folha de papel, nem tampouco do papel cartão ou do papelão descartado. O processo industrial de reciclagem de papel (renovação ou recondicionamento) tem por objetivo precípuo salvar a fibra de celulose contida no papel usado (e não o papel propriamente dito). Nesse processo, a matéria prima é a fibra de celulose contida na sucata de papel, que é triturada e retorna ao seu formato de papel ou papelão. Ao contrário, quando se trata de fabricação originária de papel, na modalidade transformação, parte-se da madeira das árvores para dela extrair as fibras de celulose, de preferência longas, para a produção de papel.*

*9. Existência de inúmeras campanhas realizadas para reciclagem, destinadas a preservar a natureza, evitando-se a derrubada de árvores para uso da matéria-prima: fibra de celulose, mediante a industrialização na modalidade transformação. Insta-se todo o cidadão a conservar a natureza mediante o descarte consciente do papel e papelão, pois estes podem ser reaproveitados, não exatamente o papel que foi picado e descartado, mas a fibra de celulose nele contida, por meio de industrialização do tipo reaproveitamento.*

*10. No caso dos autos se trata de industrialização na modalidade renovação ou recondicionamento, por meio do qual se obtém, após o processo industrial, o mesmo produto que ingressou, qual seja: a fibra de celulose.*

*11. A matéria-prima é, no presente caso, um produto usado ou parte dele, o qual será renovado ou recondicionado (reciclado), mantida a sua classificação na Tabela do IPI (TIPI), diferenciando-se da transformação, porquanto nesta obtém-se um produto totalmente distinto da matéria-prima que ingressou no processo, o qual foi transmutado num novo produto, classificado em alínea diversa na TIPI. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.”*

(TRF 3ª Região, SEXTA TURMA, ApelRemNec - APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 1624915 - 0011626-54.2005.4.03.6100, Rel. JUIZA CONVOCADA LEILA PAIVA, julgado em 31/01/2019, e-DJF3 Judicial 1 DATA:08/02/2019)



# IPI – CRÉDITO PRESUMIDO

Percentuais de crédito presumido determinados pelo Decreto 7.619/11

Posição TIPI	Descrição	Crédito presumido
39.15	Desperdícios, resíduos e aparas de plásticos.	50%
7001.00.00	Cacos, fragmentos e outros desperdícios e resíduos de vidro; vidro em blocos ou massas.	
47.07	Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).	30%
72.04	Desperdícios e resíduos de ferro fundido, ferro ou aço; desperdícios de ferro ou aço, em lingotes.	
7404.00.00	Desperdícios e resíduos de cobre.	10%
7503.00.00	Desperdícios e resíduos de níquel.	
7602.00.00	Desperdícios e resíduos de alumínio.	
7802.00.00	Desperdícios e resíduos de chumbo.	
7902.00.00	Desperdícios e resíduos de zinco.	

Vigente até  
31/12/2018  
(Lei 13.097/2015)

Fonte: TIPI/RFB

## ICMS

- Imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal;
- Incide sobre a operação de circulação jurídica de mercadoria;
- Imposto não-cumulativo: compensa-se o que é devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;
- Alíquotas variam de 7% a 35%, a depender da essencialidade do produto;
- Para as vendas realizadas dentro do estado de São Paulo, por exemplo, a regra geral é a da aplicação da alíquota de 18%.

## ICMS

- Diferimento para a saída de papel usado ou apara de papel, sucata de metal, caco de vidro, retalho, fragmento ou resíduo de plástico, de borracha ou de tecidos, nos termos do art. 392 do RICMS/2000:

*“Art. 392. O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de papel usado ou apara de papel, sucata de metal, caco de vidro, retalho, fragmento ou resíduo de plástico, de borracha ou de tecido fica diferido para o momento em que ocorrer:*

*I – sua saída para outro Estado;*

*II – sua saída para o exterior; e*

*III – sua entrada em estabelecimento industrial”*

- O estabelecimento industrial que receber o material reciclável deverá emitir nota fiscal relativamente a cada entrada ou a cada aquisição de mercadoria.

- Na hipótese de as mercadorias pesarem menos de 200kg, e terem sido adquiridas de particulares, inclusive catadores, fica dispensada a emissão de nota fiscal referente a cada entrada ou aquisição, devendo a operação ser objeto de uma única nota fiscal a ser emitida ao final do dia.

# ICMS

## **Diferimento também para as embalagens industriais usadas (art. 400-J do RICMS/SP):**

- (i) Quando do envio para outro Estado;
- (ii) Quando do envio ao exterior;

## **Caso as embalagens sejam submetidas a processos de limpeza e descontaminação sejam:**

- (a) Recicladas (transformação de embalagens industriais usadas em novo produto) pelo próprio estabelecimento que limpou os descontaminou, ou remetidas a outro estabelecimento que promoverá a reciclagem, o ICMS fica diferido para o momento em que ocorrer a mercadoria resultante da reciclagem;
- (b) Transformadas em retalhos, fragmento ou resíduo de plástico ou sucata em metal, às sucessivas saídas do produto serão aplicadas as regras do art. 392 do RICMS/SP.

## **Aplicação às seguintes embalagens:**

- (i) Tambores metálicos, NCM 73.10.10.90;
- (ii) Bombonas plásticas, NCM 39.23.90.00;
- (iii) Contêineres plásticos do tipo "Intermediate Bulk Container" (IBC), 39.23.90.00.

## ICMS

- Diferimento fica condicionado a que os contribuintes que efetuarem as operações com as embalagens relacionadas no § 3º, ainda que limpas, descontaminadas ou recuperadas, estejam credenciados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB;
- Indicação, no documento fiscal, no campo "*informações complementares*" a)  
dos números de registro e datas de validade das Licenças de Operação concedidas pela CETESB ao estabelecimento emitente do documento fiscal e à indústria de limpeza, descontaminação e recuperação das embalagens;  
b) da expressão "Embalagens Industriais Usadas Recuperadas" ou "Embalagens Industriais Usadas Não Recuperadas", conforme o caso.

# ICMS

Material reciclável



Legenda

D: Débito

C: Crédito

S: Saldo a pagar

Alíquota ICMS: 18%

Fonte: LCA Consultores



# PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AOS PROJETOS DE LEI NºS 2.101/2011, 2.355/2011, 5.646/2013, 6.887/2013 E 635/2015\*

- Suspensão do PIS/COFINS na venda de determinados desperdícios, resíduos ou aparas (mesmo que a apuração do IR não se dê pelo lucro real);

- Pessoa jurídica que tem a reciclagem ou atividades preparatórias como atividades principais, poderão gozar dos seguintes benefícios fiscais:

I. Redução de 50% das alíquotas de IPI sobre aquisição de maquinário para realização da reciclagem;

II. Depreciação acelerada do maquinário destinado à reciclagem

→ A reciclagem deve representar, pelo menos, 80% da receita bruta

→ O maquinário não poderá ser vendido para empresa que exerça atividade diversa antes de dois anos; caso seja vendido, faz-se necessário o pagamento do IPI (com multa e juros), sob pena de lançamento de ofício;

→ Se a empresa beneficiária deixar de se enquadrar na categoria, também haverá cobrança retroativa (com multa e juros), sob pena de lançamento de ofício;

(inclui o artigo 44-A, na Lei nº 12.305/2010)

- Pessoas jurídicas que prestam serviços de aterro sanitário têm direito à redução de 50% das alíquotas de IPI, para aquisição do maquinário destinado à incorporação do ativo imobilizado alocado a esse serviço;

(inclui o artigo 44-B, na Lei nº 12.305/2010)

- Zera a alíquota de PIS/COFINS sobre venda interna de mercadorias que utilizem determinados desperdícios, resíduos ou aparas como insumo na fabricação (composição mínima: 80%).

- Veda a incidência de IPI sobre determinados desperdícios, resíduos ou aparas, para pessoa jurídica no SIMPLES ou que apuram IR pelo lucro presumido

(alteração do artigo 47, da Lei nº 11.196/2005)

- O estabelecimento industrial que apura o IR pelo lucro real faz jus a crédito presumido de IPI na aquisição de determinados resíduos sólidos utilizados como matéria prima ou produto intermediário (até 2025)

(alteração do artigo 5º, da Lei nº 12.375/2010)

- O crédito presumido mencionado supra:

I. Será utilizado apenas na dedução de IPI incidente na saída de produto que contem resíduo sólido na composição;

II. Não pode ser aproveitado nas saídas com suspensão, isenção ou imunidade do IPI

(alteração do artigo 6º, da Lei nº 12.375/2010)

- Isenção, por 20 anos, dos tributos federais para empresas que adotem processo produtivo ecológico e promovem a conscientização ecológica da comunidade local.

\* Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1359313&filename=SBT-A+1+CMADS+%3D%3E+PL+2101/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1359313&filename=SBT-A+1+CMADS+%3D%3E+PL+2101/2011), acesso em 07/05/2019.

## TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei Substitutivo nasceu quando da análise dos Projetos de Lei nºs 2.101/2011, 2215/2011, 2355/2011, 6887/2013, 2380/2011, 2909/2011, 5646/2013, 635/2015 e 7127/2014, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em 28/10/2015.



Próximos passos:

Apreciação pela  
Comissão de  
Finanças e  
Tributação



Apreciação pela  
Comissão de  
Constituição e  
Justiça



Apreciação pelo  
Plenário da  
Câmara dos  
Deputados



Apreciação pelo  
Senado Federal



Envio para  
sanção/veto  
Presidencial

# Proposta de Reforma Tributária (PEC 45/2019)

- Simplificação do sistema tributário mediante a substituição da Contribuição ao PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto Sobre Bens e Serviços (ISB);
  - Transição de 10 anos sem redução da carga tributária;
  - Proposta também cria o Imposto Seletivo Federal (ISF), que incidirá sobre bens e serviços cujo consumo se deseja desestimular (cigarros, bebidas alcoólicas etc.);
  - Não serão concedidos benefícios fiscais.
- **Características do IBS:**
  - - Terá caráter nacional. A alíquota será formada pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais; estados e municípios determinam suas alíquotas por lei;
  - - Incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos;
  - - Incidirá em todas as cadeias de produção e de comercialização;
  - - Será não-cumulativo;
  - - Contará com mecanismos para devolução dos créditos acumulados pelos exportadores;
  - - Será assegurado crédito instantâneo ao imposto pago na aquisição de bens de capital;
  - - Incidirá em qualquer operação de importação (para consumo final ou utilizado como insumo);
  - - Nas operações interestaduais e intermunicipais, pertencerá ao estado e ao município de destino.

# Contato



**Rodrigo Prado Gonçalves**

rodrigoprado@felsberg.com.br

(11) 3141-9184

São Paulo

## PERFIL

Rodrigo Prado é sócio do departamento tributário de Felsberg Advogados.

Possui ampla experiência em litígios tributários, trabalhando nas esferas administrativa e judicial, tanto na defesa quanto na demanda de dívidas tributárias, bem como no ajuizamento de ações judiciais visando recuperar créditos fiscais.

Trabalha com questões de tributação da folha de pagamento, prestando assistência e consultoria sobre o cumprimento adequado da legislação de contribuição social.

Além disso, apoia outros departamentos do escritório em operações de M&A por meio da realização de *due diligence*.

## EDUCAÇÃO

- Graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.
- Especialização em Direito Tributário e Direito Processual Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET/SP).
- Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP/SP).
- Participação no Curso denominado *Law Seminar* promovido pela Yale Law School – junho a agosto/2018.

## EXPERIÊNCIA

- Trabalhou na defesa administrativa e judicial envolvendo dívidas tributárias de empresas relacionadas à área de telecomunicações;
- Defendeu uma organização não governamental no reconhecimento de sua isenção de pagamento de impostos, bem como na anulação de demandas de créditos tributários decorrentes da não observação de seu status de imune ou isenta;
- Trabalhou na defesa administrativa relacionada à possibilidade de dedução de custos específicos considerados insumos pela legislação de PIS/COFINS;
- Trabalhou na defesa judicial de questões alfandegárias;
- Ajuizou medidas legais e defesas administrativas em nome de empresas do setor de entretenimento visando tratar dos impostos pelos quais eram responsáveis;
- Ajuizou medidas destinadas ao reconhecimento dos direitos de empresas em Recuperação Judicial a programas especiais de parcelamento;
- Orientou e defendeu empresas com relação ao reconhecimento de regimes aduaneiros especiais, bem como sistemas especiais concedidos pelos Estados e Municípios;
- Prestou consultoria sobre a verificação das responsabilidades de controladoras ou afiliadas, bem como seus parceiros e representantes com relação às suas obrigações fiscais;
- Participou de Sustentações Orais em Tribunais Administrativos e Judiciais.

## ASSOCIAÇÕES

- Membro do Comitê Legal da Câmara de Comércio França Brasil;
- Membro do Comitê Tributário da Câmara de Comércio França Brasil; e
- Membro do Comitê da Indústria da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base)

[www.felsberg.com.br](http://www.felsberg.com.br)



---

**São Paulo**

Av. Cidade Jardim, 803 - 5º andar  
Edifício Cidade Jardim -Jardim Paulistano  
São Paulo - SP CEP 01453 000  
Tel.: +55 (11) 3141-9100

**Rio de Janeiro**

Praça Floriano, Nº 19  
15º andar - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20031-924  
Tel.: +55 (21) 2156-7500

**Brasília**

SHS, Qd. 06, Complexo Brasil 21,  
Bl E, Sl 1508/09 -Asa Sul – DF  
CEP 70322-915 – Brasil  
Telefone: +55 (61) 3033-3390